

Adusp

INFORMATIVO

Cruesp reúne-se com Fórum das Seis em 17/5

No dia 6/5 ocorreu a primeira reunião entre a Comissão Técnica do Cruesp e o Fórum das Seis, dando início ao processo de negociação da data-base 2011. Na ocasião, as entidades das três universidades receberam resposta ao ofício em que o Fórum solicitava dados sobre gastos com salários, aposentadorias, permanência estudantil e terceirização de serviços que poderão subsidiar as negociações com o Cruesp. A resposta rápida ao nosso ofício parece sinalizar uma disposição ao diálogo, não registrada em datas-base

mais recentes.

Devido às mudanças na economia nos últimos meses e diferentemente do que fizeram no ano passado, os técnicos estão utilizando a previsão de arrecadação do ICMS feita pela Secretaria da Fazenda do Estado, no valor de R\$ 71,43 bilhões para 2011. No ano passado, o Cruesp adotou uma previsão levemente superior à do governo do Estado.

Na reunião, os dois lados da mesa apresentaram avaliações diferenciadas a respeito da economia, que se refletiram em diferentes previsões

sobre a arrecadação do ICMS em 2011: enquanto a comissão técnica mantinha a previsão de R\$ 71,43 bilhões, o Fórum das Seis acredita que ela deverá situar-se entre R\$ 73 bilhões e R\$ 74 bilhões.

Revisão

Outra divergência deve-se à necessidade de, independentemente do acerto que venha a se concretizar nas negociações de maio, haver uma revisão salarial em outubro, quando teremos, inclusive, informações mais precisas sobre a arrecadação. Embora posicionando-se contrariamente a es-

sa proposta, os técnicos do Cruesp ficaram de levar aos reitores nossa reivindicação no sentido de reavaliar, no segundo semestre, o reajuste concedido em maio.

Como noticiado no *Informativo Adusp* 324, a reunião com o Cruesp acontecerá nesta terça-feira, 17/5. Na quinta-feira, 19/5, avaliaremos, em Assembleia Geral, a proposta que surgir dessa primeira rodada de negociação.

Colega, o poder de negocia-

Eleições Adusp:
Diretoria e Conselho de Representantes
Dias 25 e 26 de maio,
com urnas nas unidades.
Verifique na página da Adusp se sua unidade precisa eleger representante!
É hora de fortalecer o Conselho de Representantes da Adusp.

ção do nosso sindicato aumenta com sua presença na assembleia! Anote na sua agenda: Assembleia da Adusp, quinta-feira, 19/5, 17h, no Instituto Oceanográfico.

Gatilho: aproxima-se o último capítulo... da parte incontroversa

Vêm à tona os primeiros resultados de uma iniciativa inédita, encaminhada pela Adusp há mais de 20 anos.

O acordo entre a Adusp e a Reitoria da USP, assinado em 26/4/2011, refere-se à parte incontroversa da sentença para o conjunto incontroverso de beneficiários; dessa forma, o acordo diz respeito aos gatilhos não pagos e aos gatilhos pagos em atraso, em 1987. Permanece em disputa judicial a inclusão de outros nomes e o reajuste imediato de 32,96%, reativo a janeiro de 1988.

O juiz responsável pela execução da sentença homologou o acordo em 29/4/2011

e a USP fez o depósito judicial em 6/5/2011. Nossos advogados estão solicitando a liberação da verba depositada judicialmente para a conta "Adusp-gatilho", aberta exclusivamente para essa finalidade.

Na assembleia da Adusp, realizada em 4/5/2011, foram esclarecidas as dúvidas sobre o pagamento e descontos que nele incidem. Na ocasião, vários docentes ressaltaram o importante papel da entidade nesse processo e foi aprovada a proposta de repasse de 0,5% do valor bruto (antes do desconto de previdência e Iamspe) para o fundo de reserva da Adusp, que só será

efetuado mediante a anuência explícita do beneficiário.

Valor a receber

Os valores a receber, calculados a partir de informações salariais fornecidas pela Reitoria, são separados em duas partes: principal e juros (incluindo correção monetária). Pelo acordo assinado, haverá um deságio de 3,5% e a incidência de juros somente até dezembro de 2010 (a correção monetária vai até abril de 2011). Além disso, tendo em vista a legislação vigente, contratos e decisões de assembleia, os descontos incidem sobre diferentes bases.

Sobre o montante depositado judicialmente pela USP já foram feitos os descontos de previdência e Iamspe, 6% e 2% (alíquotas de 1987), respectivamente, que incidem sobre o principal. O valor depositado, após a liberação do depósito judicial, na conta "Adusp-gatilho" no Banco do Brasil será remunerado diariamente; e os dividendos serão repassados proporcionalmente a cada beneficiário. Caberá à Adusp proceder aos seguintes descontos:

a) honorários advocatícios (7,5% tendo como base de cálculo o valor bruto devido a cada beneficiário antes dos

descontos de previdência e IAMSPE); b) repasse de 0,5% do bruto para o fundo de reserva da Adusp caso o beneficiário esteja de acordo (conforme deliberação da assembleia de 4/5/2011); c) Imposto de Renda (calculado segundo a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil). A base para cálculo será tomada após os descontos de previdência, Iamspe, honorários advocatícios e repasse à Adusp.

Beneficiário, atualize seu cadastro na Adusp acessando www.adusp.org.br/gatilho

Assembleia Ordinária da Adusp

19/5, 5ª feira, 16h, no Instituto Oceanográfico

Pauta:

Relatório da Diretoria referente ao período de maio/2010 a abril/2011

Assembleia Geral da Adusp

19/5, 5ª feira, 17h, no Instituto Oceanográfico

Pauta: 1. Informes sobre Gatilho

2. Campanha Salarial: avaliação da proposta do Cruesp

Greves dos trabalhadores terminam com vitórias

Após dois meses sem receber salários, os funcionários terceirizados da empresa União, responsáveis pela limpeza da USP, finalmente receberam pelos serviços prestados. Em reunião realizada entre a empresa terceirizada e a Reitoria, em 18/4, foi decidido que os valores retidos, que não poderiam ser pagos à empresa devido à situação de inadimplência em que se encontrava, seriam utilizados para efetuar pagamentos diretos aos seus funcionários, por parte da USP.

Em 19/4 cerca de 300 fun-

cionários já haviam recebido seus salários, e no dia seguinte, quando todos tiveram seus créditos quitados, a paralisação iniciada em 7/4 chegou ao fim. Dessa forma, após 20 dias de greve e 16 dias de bloqueio ao prédio da Reitoria, os funcionários receberam os salários — mas perderam o emprego. A nova empresa de limpeza, O.O. Lima, já havia sido contratada, desde o início da greve, por três meses, para substituir a empresa União. O contrato entre esta e a USP foi rescindido em 20/4.

Mesmo após o fim da greve,

os terceirizados continuaram com a manifestação em frente à Reitoria, exigindo o pagamento tanto dos dias não trabalhados quanto das verbas rescisórias. Finalmente, no dia 25/4 as verbas de rescisão (férias atrasadas e décimo-terceiro salário) foram pagas, à exceção dos 40% de multa sobre o valor depositado no Fundo de Garantia (FGTS).

Homologação

De acordo com Marcelo Pablito, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), a parcela do

FGTS só poderá ser conseguida judicialmente e o Sintusp está organizando uma reunião com advogados para auxiliar os terceirizados na questão. “O maior problema agora é a homologação das demissões, para que eles possam dar entrada no seguro-desemprego”, explicou Pablito.

A greve dos funcionários celetistas da Reitoria também chegou ao fim, com uma vitória parcial. Os funcionários vinham resistindo desde 14/4 à decisão tomada pelo reitor Grandino Rodas

de transferir o pessoal lotado na Reitoria para o Centro Empresarial Santo Amaro, na zona sul da cidade. Após 15 dias de greve, no entanto, a Reitoria recuou.

Em reunião realizada entre o Sintusp e a Reitoria, no dia 26/4, foi decidido que somente os funcionários interessados em trabalhar no Centro Empresarial Santo Amaro serão transferidos para lá. Uma lista com os nomes de tais funcionários será formulada e enviada à Reitoria em data a ser estabelecida.

Reitoria da Unicamp persegue alunos e funcionários

A luta por moradia universitária na Unicamp é antiga. Em 1987 foi assinado um acordo entre o então reitor Paulo Renato de Souza e os estudantes: caso a Reitoria não construísse um espaço adequado para pelo menos 10% do corpo discente, os estudantes teriam permissão de ocupar outra área do campus. Passaram-se 23 anos e o acordo jamais foi cumprido. Assim, após deliberação de assembleia estudantil, foi efetivada a ocupação da administração da moradia estudantil em 3/4/2011. Depois de 22 dias, ao invés de negociar, a Reitoria reagiu chamando a PM e abrindo processo contra cinco alunos.

André Guerrero, coordenador do DCE, denuncia: “As sindicâncias abertas contra os cinco estudantes em represália ao movimento por moradia e os processos judiciais abertos contra nove funcionários

da Unicamp, assim como os demais processos que ocorrem nas outras universidades, demonstram a postura dos governos e reitorias de optar pelo uso da força, ao invés do diálogo. A Reitoria da Unicamp tem tratado questões políticas como casos de polícia”.

Nove dos trabalhadores que fizeram parte do Comando de Greve durante a campanha salarial de 2010 foram surpreendidos com a abertura de inquérito policial, formalizado após boletim de ocorrência feito pela Procuradoria da Unicamp durante a greve. Os funcionários são acusados de gerar danos materiais e morais, violência e perturbação de ordem. O coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), Luís Scapin, conta que o sindicato tem procurado apoiar esses funcionários por meio de atos e assembleias.

Ato público lança greve no Centro Paula Souza

No dia 13/5 foi realizado o ato de lançamento da greve dos funcionários das escolas técnicas estaduais (ETECs) e faculdades de tecnologia (Fatecs), pertencentes ao Centro Paula Souza (Ceeteps). Cerca de 500 pessoas — funcionários, professores e alunos vindos de várias cidades — participaram da atividade, na Fatec São Paulo. O Ceeteps possui 198 ETECs e 49 Fatecs. Já aderiram à greve cerca de 70 unidades.

Neusa Santana, presidente do Sinteps, sindicato que representa a categoria e faz

parte do Fórum das Seis, lembrou que o governo vem impondo uma política de destruição do Ceeteps, com acelerado processo de expansão, sem contrapartida de recursos: “Nossas escolas não conseguem contratar novos professores, pois poucos se sujeitam a receber essa miséria”. “Causa indignação saber que este governo tem a ousadia de pagar R\$ 10 a hora aula nas ETECs e R\$ 18 nas Fatecs, bem como um piso para os funcionários na casa do salário mínimo”, denuncia moção de apoio enviada pelo

Fórum das Seis.

Na véspera, o governador Aleckmin anunciou reajuste de 11%, o que desagradou totalmente a categoria, que reivindica 82,7% para docentes e 97,5% para funcionários. O deputado Carlos Gianazzi (PSOL) informou que apresentará emendas assim que o projeto de reajuste chegar à Alesp. “Os trabalhadores e estudantes do Ceeteps vão se fazer ouvir, pois são lutadores e farão história com essa greve”, afirmou o deputado federal Ivan Valente (PSOL).

Novo sistema de empréstimo de livros exclui docentes aposentados

No dia 1º/2 entrou em vigor o Sistema de Empréstimo Unificado das Bibliotecas da USP, que promete integrar usuários das 43 unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SiBi). Passa a ser possível o empréstimo de livros e outros materiais mediante a apresentação da carteirinha da USP, independentemente da origem do interessado.

Parte dos usuários, porém, será excluída do novo sistema: ex-alunos, alunos especi-

ais, alunos de intercâmbio, docentes aposentados e pós-doutorandos poderão retirar apenas obras de suas respectivas unidades. Os beneficiados, portanto, serão apenas os alunos de graduação e de pós-graduação, docentes em atividade e funcionários. O SiBi foi procurado pelo *Informativo Adusp* para explicar os novos critérios, porém seus telefones foram desligados por conta de sua mudança para o prédio da Reitoria.

A professora aposentada Maria Amélia M. Dantes, da FFLCH, que continua orientando pós-graduandos no departamento de História, protesta por ter sido restringido o seu acesso a um bem público: “Antes a biblioteca fazia uma solicitação a bibliotecas de outras unidades, caso quiséssemos fazer empréstimos de um material que não existisse na nossa unidade. Agora os meus alunos têm os direitos deles e eu não tenho? Isso é um absurdo!”.

Nova reunião na EACH

Daniel Garcia

No dia 6/5, a pedido do Conselho de Representantes e da diretoria da Adusp, professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) reuniram-se com uma representação da entidade para avaliar a crise provocada pelo chamado “Relatório Melfi”, bem como para trocar opiniões sobre questões estratégicas relacionadas à unidade. Dias antes, a Congregação da EACH decidira, pelo apertado placar de 8 votos a 6, não discutir uma moção de apoio ao curso de Obstetrícia, aprovada por professores e alunos.

Além de docentes dos cursos de Obstetrícia, de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN) e de Têxtil e Moda, participaram da reunião Suzana Salem e Heloísa Borsari, respectivamente vice-presidente e 1ª secretária da Adusp, Otaviano Helele, da diretoria ampliada, e Marcelo Ventura (EACH), Beatriz Raposo (FFLCH), Lighia Horodyski-Matsushige (IF) e Sílvia Boldrini (ICB), membros do Conselho de Representantes.

A representação da Adusp reiterou o entendimento, também manifestado pelos docentes da EACH presentes, de que o corte de vagas proposto pelo Relatório Melfi é inaceitável. Em especial, após ouvir extensos e detalhados relatos sobre as atitudes dúbias da Reitoria relativamente ao curso de Obstetrícia, expressou a disposição da entidade de apoiar a luta por sua manutenção.

Os cerca de 100 obstetristas formados com base no currículo antigo do curso de Obstetrícia estão se registrando no Conselho Regional de Enfermagem (Coren), graças a medidas liminares expedidas pela justiça. Quanto aos que se formarem com a nova grade curricular, o Coren havia se comprometido a

registrá-los, mas foi desautorizado pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e, assim, também estes estão recorrendo e obtendo decisões judiciais liminares.

“Agenda política”

As docentes presentes à reunião afirmaram que o Cofen, ao se negar a registrar os profissionais egressos da EACH, desrespeita o decreto 94.406/87, que regulamenta a Lei 7.498/86, que dispõe sobre o exercício da enfermagem. Isso porque o artigo 4º do decreto é bastante claro: “São Enfermeiros: I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei; II - o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferidos nos termos da lei; (...)”.

No entendimento das docentes, a Reitoria se curvou ao que chamaram de “agenda política” do Cofen, baseada na reserva de mercado (restrita a enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares), e às pressões do modelo biomédico, que resiste à inclusão das ciências humanas como parte importante do curso de Obstetrícia. Assim, após a primeira reformulação do currículo, que teve motivações exclusivamente internas ao curso, a Pró-Reitoria de Graduação, como resultado de negociações entabuladas com os conselhos de enfermagem, decidiu propor uma complementação da grade para os egressos dos anos anteriores.

“Aceitamos a complementação para demonstrar boa vontade, mas tivemos de enfrentar alunos e pais enfurecidos”, explicou uma professora. Os alunos já formados teriam de voltar à EACH para cursar disciplinas adicionais. A Reitoria chegou a acionar um *recall* para os egressos, mas o Cofen informou que is-

so não resolveria, pois decidira só aceitar o curso se ele for transformado em um curso de Enfermagem, com especialização em Obstetrícia. Em seguida, não por acaso, o Relatório Melfi propôs a “fusão” com o curso de Enfermagem. “A USP se reposicionou, atendendo à posição do Cofen”, concluem as docentes de Obstetrícia.

No entendimento das docentes, a sucessão de fatos negativos, inclusive o Relatório Melfi, sinaliza que a USP, ignorando o enorme impacto social positivo que a formação de obstetristas poderia representar para a saúde da mulher e da criança, parece inclinada a optar pelo fechamento do curso. Em resumo: “O Conselho não cumpre a lei, e a USP não banca o curso”.

Cursos à distância

“Foi uma grande felicidade que o Relatório Melfi tenha sido retirado. Mas a bomba vai voltar”, disse um docente do curso de LCN, lembrando que seus colegas tomaram posição, majoritariamente, contra o corte de vagas (o qual, segundo a proposta do GT Melfi, consistiria na eliminação de uma das duas turmas, devido à suposta baixa procura pelo curso). Para o docente, tal situação também ocorre em outros cursos de licenciatura da USP.



Ao final da reunião, conversa informal

Nesse contexto, argumentou o professor, é que, novamente, a USP parece optar pelo caminho mais cômodo: forçar os docentes a se engajarem na licenciatura à distância em Ciências da Natureza, inaugurada às pressas em outubro do ano passado, e que passa por diversos problemas. Neste sentido, os docentes de LCN rechaçam o Relatório Melfi, que lhes cobra adesão: “A licenciatura à distância está agendada na comissão (COC) do curso de LCN, mas não houve qualquer discussão com os docentes.

Uma docente atribuiu o número relativamente baixo de matrículas em LCN à falta de divulgação: “É preciso divulgar. O povo da zona leste não conhece esta escola”, afirmou. Na sua avaliação, o Relatório Melfi, derrubado na Co-

missão de Graduação (CG), representava a vontade do diretor da EACH, que se mostrou contrariado com essa decisão. Outro professor assinalou que a existência de turmas menores em LCN suscita um discurso sobre professores supostamente “privilegiados”, que “trabalham menos”.

Um apanhado geral da situação na EACH levou a duas constatações. Primeira, que faltam docentes e, portanto, existe uma sobrecarga de trabalho. Segunda, que a anunciada implantação de um curso de Administração Pública no campus leste — em superposição ao curso já existente de Gestão de Políticas Públicas, e ao que parece por decisão imperial do reitor — indicaria uma vontade de subordinar a EACH. “Tomaram um susto conosco. Não esperavam tanta resistência”, concluiu uma docente.

Promotora investiga negócio entre Kassab e FIA

A revelação é do jornal *O Estado de S.Paulo* (2/5/11): “O mais ambicioso projeto da administração Gilberto Kassab (PSD) para a saúde, a parceria público-privada para a rede hospitalar da cidade, nem saiu do papel e já é alvo de investigação do Ministério Público Estadual (MPE). Tu-

do porque foram gastos R\$ 11,6 milhões só com o projeto e elaboração do edital da parceria por meio da contratação da Fundação Instituto de Administração (FIA)”.

O promotor Saad Mazloum, da Promotora de Defesa do Patrimônio Público, quer saber “por que a funda-

ção foi contratada sem licitação em função de sua ‘renomada experiência e competência para executar o serviço’, se ela depois subcontratou um escritório de advocacia para fazer a parte jurídica do contrato”. O valor total do contrato: R\$ 15 milhões.

No Sarau, Bosi encanta ao falar de Gramsci e Dante

Fotos: Daniel Garcia

Ideologia e Contraideologia: o livro do professor Alfredo Bosi (FFLCH), ex-diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, foi tema do Sarau da Adusp realizado em 5/5. Bosi encantou a platéia ao discorrer sobre os meandros da *Divina Comédia*, a poesia triunfalista dos Lusíadas, as definições do conceito de ideologia por Marx, Weber e Bobbio, a sociologia determinista, o “realismo socialista” e outras questões. Também fez um relato pungente de conversas que manteve com o economista Celso Furtado, a propósito do subdesenvolvimento do Brasil.

Ao apresentar o autor, o professor João Zanetic, presidente da Adusp, chamou atenção para o caráter interdisciplinar ou multidisciplinar de algumas das obras de Bosi: “Em geral se considera que física e literatura, física e arte, são como água e óleo. Não é o meu caso”, disse Zanetic, que leciona no Instituto de Física. “Alguns dos livros do professor Bosi têm sido parte da bibliografia que eu utilizo com meus alunos no mestrado em ensino de ciências, uma área interdisciplinar”. Leu um trecho de *Dialética da Colonização*, que a seu ver faz a ponte entre arte e ciência: “Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”.

Bosi se disse contente com o convite para falar no Sarau: “Leio a revista, brilhante e que me interessa diretamente, por seus temas, mas eu não tinha a frequência direta da Adusp, sobretudo depois que me aposentei. É uma instituição notável, na medida em que, no meio dessa fragmentação tão grande em que a gente vive dentro da universidade, ain-

da consegue aproximar professores de especialidades tão diferentes”.

Bacon e Marx

O contraste entre ideologia e contraideologia é a espinha dorsal do livro apresentado ao Sarau, esclareceu Bosi, pois em várias dimensões — histórica, filosófica, política — essa polaridade lhe pareceu que “poderia ser o *leit-motif* do livro o tempo todo”. Disse ter exemplificado com autores diversos, períodos diversos, “começando de Bacon, da idéia dos ídolos (*idola*), que seriam uma espécie de matriz da denúncia da ideologia, os vários erros possíveis, os preconceitos, os falsos conhecimentos”.

“No fundo, a palavra ideologia, sobretudo a partir de Marx, tem forte acepção negativa: seria algo que pode ser desmascarado, porque é uma falsa totalização da realidade, uma pseudototalização”, prosseguiu. “Esse é o próprio sentido de Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*: há interesses particulares, fortes, que representam necessidades de certos grupos sociais, e esses grupos aprofundam a particularidade do seu interesse, a ponto de parecer que é universal. O processo epistemológico da ideologia é esse: você levar ao extremo a particularidade do seu interesse”.

Palavras como *evolução*, *progresso* e *liberdade* “formavam um todo harmonioso e convincente” a serviço do liberalismo burguês, em voga na Europa do século 19. Interessado em desmontar a ideologia burguesa, mostrar os interesses do capital, a exploração do operariado, Marx teria procurado “sanar a ideologia com uma contraideologia”, enfrentando a primeira com uma filosofia totalizante: o materialismo dialético.



Público atento à cativante exposição do professor Bosi, visto também na imagem em destaque

Itália e Gramsci

O autor de *Ideologia e Contraideologia* disse ter-se valido de uma distinção proposta por Bobbio: o “sentido forte” da ideologia (negativo, valorativo), mais ligado à concepção de Marx, até hoje corrente, e o “sentido fraco”, vinculado ao historicismo de Durkheim e Weber. No período em que estudou estética na Itália, nos anos 1960, após formar-se em letras na USP, Bosi entrou em contato com uma espécie de fusão das duas visões. “Recebi uma bolsa e fui para Florença, quando estava se discutindo Gramsci na Itália. Esse descobrimento do Gramsci foi para mim uma grande descoberta”, relatou.

“Eu estava forrado de historicismo, com fortes tendências idealistas. Achava que os escritores escreviam o que escreviam por causa do talento deles, a inspiração e a imaginação, e ponto final. Eu via os grandes talentos, como Dante, Petrarca, Manzoni, como manifestações extraordinárias do espírito humano. Não tinha tido nenhuma formação que procurasse determinar sociologicamente o porquê do

aparecimento daqueles autores. Foi um banho de realidade chegar à Itália e ouvir aqueles professores que estavam tentando superar o idealismo — que foi dominante na primeira metade do século, graças a Croce, um gênio”.

Bosi falou das “estranhas contradições” existentes na *Divina Comédia*, texto dotado de estrutura muito regular, quase matemática. Cada um dos três grandes cânticos, *Inferno*, *Purgatório* e *Paraíso*, tem 33 cantos; cada cântico é dividido em grupos de três, as tercinas. Embora a teologia de Dante seja fiel a São Tomás, muito metódico e moralmente rígido nas suas formulações (no dogma medieval, os pecados graves são punidos eternamente), Bosi encontrou contradições no tratamento dado a um casal de amantes: Francesca e Paolo, ambos assassinados pelo marido traído, irmão de Paolo. Ao deparar-se com eles na sua peregrinação pelo Inferno, Dante acaba por sentir pena, ao levar em conta os atenuantes no adultério por eles cometido. “As metáforas que ele usa para descrever esse



casal são muito delicadas”.

Quando o casal vê Dante, Francesca sai de onde se encontra, e ela lhe conta sua história, profundamente emotiva. Quando termina, tomado de compaixão, Dante desmaia e cai como se tivesse morrido. “Como é que Dante tem por eles tanta misericórdia, que é capaz de desmaiar de pena? Então ficou uma dualidade, que a mim sempre impressionou muito. A estrutura ideológica, que é muito poderosa como se vê no caso de Dante, é responsável pela arquitetura global do poema, pela sua divisão em partes, por tudo que é articulação lógica, mas ela é não-poesia. A poesia começa quando aquela estrutura toda não consegue tocar na complexidade do indivíduo. O indivíduo é e não é aquela soma de valores ideológicos”.